
Chacina de Itajá: o reforço dos estereótipos de gênero e a validação do assassinato de mulheres no discurso da cobertura jornalística¹

Cecília Costa Medeiros do NASCIMENTO²

Mônica Mourão PEREIRA³

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN

RESUMO

Este trabalho pretende analisar a primeira notícia sobre a “Chacina de Itajá”, o feminicídio de cinco mulheres no interior do Rio Grande do Norte, publicada no portal G1 RN, pertencente ao Grupo Globo, em 15 de junho de 2024. A análise consiste em observar o discurso e os sentidos presentes no texto jornalístico, a partir da Análise do Discurso (AD) como método de pesquisa no campo do jornalismo. De acordo com a amostra, verificou-se um discurso jornalístico em que reforça estereótipos de gênero, com viés machista e falta de aprofundamento e contextualização.

PALAVRAS-CHAVE: Chacina de Itajá; Feminicídio; Estereótipo de gênero; Análise do discurso; Cobertura jornalística.

INTRODUÇÃO

No Rio Grande do Norte, a Lei Nº 10.592, de 3 de setembro de 2019, foi promulgada pela governadora Fátima Bezerra (PT), incluindo no calendário estadual o Dia de Combate ao Feminicídio - 15 de julho. O projeto de lei é de autoria da deputada estadual Isolda Dantas (PT), com o intuito de ampliar as discussões sobre a temática do feminicídio e as políticas públicas para o fenômeno no estado.

A data escolhida está relacionada ao caso denominado à Chacina de Itajá. Em 15 de julho de 2015, cinco mulheres foram assassinadas em um bar, na zona rural da cidade de Itajá, a cerca de 200 km de Natal.

As vítimas foram identificadas como Patrícia Regina Nunes, Antônia Francisca Bezerra Vicente, Maria da Conceição Pedrosa, Cássia Rayane Santiago Silva e Maria

¹Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Graduada do Curso de Jornalismo da UFRN, email: 88medeirosceci@gmail.com

³ Professora do Curso de Jornalismo da UFRN, email: monica.mourao@ufrn.br

Daiane Batista. Isaac Mendonça de Lucena tornou-se o único indiciado na participação do feminicídio, no qual, de acordo com as autoridades da época, a motivação do crime havia sido por ciúmes, porém, em 2019, o júri popular inocentou-o.

Ao observar a primeira notícia sobre o caso no Portal G1 RN, publicada no mesmo dia dos assassinatos, notou-se um discurso no texto jornalístico com reforço de estereótipos de gênero, revitimização e culpabilização das vítimas.

Para continuar a discussão sobre novas formas de realizar a cobertura jornalística de casos de feminicídio, o livro “Histórias de morte matada contadas feito morte morrida: a narrativa de feminicídios na imprensa brasileira”, aborda uma reflexão relevante acerca do tema. Publicada pela Drops Editora, a obra tem a autoria das jornalistas Vanessa Rodrigues e Niara de Oliveira. As autoras explicam que “a inquietante sensação de que a agressão contra aquela mulher continuava na maneira como seu caso era apresentado pela mídia, principalmente nos títulos das reportagens” (Rodrigues; De Oliveira, 2022) foi uma das motivações para a escrita do livro.

Com base nisso, há uma reflexão quanto à urgência da mudança da narrativa e do discurso midiático na cobertura de feminicídios, a partir de uma apuração respeitosa. Ouvir os relatos da família sobre a vítima e zelar por sua memória e produção de textos jornalísticos mais informativos e com profundidade e detalhamento acerca dos casos são bons passos.

Este artigo é um recorte da minha monografia intitulada ““Quem ama não ama””: uma análise da cobertura sobre feminicídio no Portal G1 RN”, defendida em dezembro de 2023 para obtenção do título de bacharel em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

METODOLOGIA

De acordo com a pesquisadora de Comunicação Marcia Benetti, no livro “Metodologia de Pesquisa em Jornalismo”, para compreender o discurso no jornalismo é necessário enxergá-lo como um produto de sentidos feito em um contexto social, histórico e cultural e por sujeitos que estão neste meio.

A Análise do Discurso francesa (AD) como um método de pesquisa jornalística indica que o discurso jornalístico é “dialógico, polifônico, opaco, ao mesmo tempo

efeito e produtor de sentidos, elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares” (BENETTI, 2010, p. 107). Ou seja, tal discurso não é óbvio, há sempre um sentido por trás e, ainda segundo Benetti (2010, p. 108), o discurso não existe por si mesmo.

Nesse sentido, a produção do discurso na sociedade seria uma ferramenta para controle de quem detém o poder nas relações sociais, na perspectiva do filósofo Michel Foucault (1996, p. 8).

Foucault (1996, p. 10) indica que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Reforçando o pensamento de Foucault, Benetti (2010, p. 111) afirma que deve ser levada em consideração a ideologia durante a análise do discurso, além disso, compreender que ele é formado a partir dos contextos sociais do passado e do presente.

Por essa ótica, a construção do discurso é baseada em limitações e controle sobre o que é falado (ou ocultado), quem fala, onde é falado e para quem é falado e, dessa maneira, quem possui o discurso validado ou não. Um reflexo da sociedade, das suas crenças e ideologias, um conceito que pode ser utilizado para reforçar a construção de discurso pela perspectiva teórica da filósofa brasileira Marilena Chauí é o de ideologia.

Para Chauí (2001), as teorias e pensamentos da sociedade são expressados a partir de uma realidade histórica e social determinada e existente, no entanto, o pensador pode ser consciente quanto a isso ou não.

Diante disso, associa-se a aplicabilidade do discurso e poder segundo o filósofo Michel Foucault à concepção do que é ideologia difundida pela filósofa Marilena Chauí. Ambos os conceitos nos auxiliam a compreender como a origem dos discursos acontece na sociedade e a influência das relações de poder e, que, nesse caso, muitas vezes não é identificado sem um olhar mais crítico e conhecimento histórico e social do que há por trás do que é dito.

A AD indica que “um sentido sempre vem representar aquilo que poderia ser dito, naquela conjuntura específica, por aqueles sujeitos em particular, instados ideologicamente a dizer uma coisa, e não outra” (BENETTI, 2010, p. 112). Logo, para identificar as marcas discursivas é necessário analisar as formações discursivas (FD),

que Benetti (2010, p. 112) conceitua como “aquilo que pode e deve ser dito, em oposição ao que não pode e não deve ser dito”.

O *corpus* escolhido para ser analisado foi a primeira matéria sobre o caso da Chacina de Itajá no portal G1 RN, pertencente ao Grupo Globo. O texto jornalístico apresentado foi publicado no dia 15 de julho de 2015 às 7h01 e atualizado no mesmo dia às 9h. A escolha da primeira matéria tem como objetivo observar como o veículo de comunicação realiza a cobertura com a apuração inicial e poucas informações sobre o caso.

Em relação à metodologia também foi levado em consideração o capítulo “Voz passiva da culpa”, do livro “Histórias de morte matada contadas feito morte morrida: a narrativa de feminicídios na imprensa brasileira”, onde as jornalistas Vanessa Rodrigues e Niara de Oliveira analisam como é realizada a construção linguística do discurso nos títulos das matérias e a presença do machismo estrutural nesse ponto.

As jornalistas demonstram como uma oração verbal é criada: Sujeito > verbo > objeto direto. Elas exemplificam com “João estuprou Maria”, sendo “João” o sujeito, “estuprou” o verbo transitivo direto e “Maria” o objeto direto (complemento do verbo estuprar). Nesse caso, a vítima não é descrita como a causadora da ação, já que a voz ativa indica claramente que João estuprou Maria.

Houve um indicação que, normalmente, nas coberturas sobre casos de violência contra a mulher, a vítima é colocada como a causadora do fato. Elas apresentam outro exemplo, agora com a voz passiva: “Maria foi estuprada por João”. “Maria” é o sujeito da frase, seria a causadora do crime. Inclusive, o nome do agressor pode até ser retirado da frase e não faria diferença na construção narrativa por essa perspectiva passiva. Nesse sentido, durante a análise da matéria sobre a Chacina de Itajá, foi observado o uso da voz passiva, especialmente no título da matéria.

No capítulo “Quem ensina?”, as duas jornalistas questionam a origem do uso da voz passiva para noticiar casos de violência contra a mulher e, nesse contexto, de feminicídio. Elas identificam que “o machismo e a misoginia são estruturais. Ou seja, são parte de um conceito estrutural da formação do nosso pensamento e cultura” (Rodrigues; De Oliveira, 2022).

Dessa forma, os meios de comunicação reproduzem um discurso baseado nessas estruturas sociais impostas e nessas relações de poder. A forma como a história é

narrada em coberturas de feminicídio pode reforçar estereótipos e preconceitos, isto é, para além do jornalista, faz-se necessária a responsabilidade em aspectos da construção da notícia como a linha editorial, o papel do editor, a ideologia dos donos de veículos de comunicação, entre outros (Rodrigues; De Oliveira, 2022).

De acordo com Vanessa Rodrigues e Niara de Oliveira (2022), a escolha das imagens para compor a matéria precisa ser avaliada criteriosamente, pois a foto “já carrega graficamente uma série de mensagens e significados”. A foto da vítima retirada do contexto, pode, sim, reforçar estereótipos de gênero e uma mensagem julgadora do comportamento da mulher (Rodrigues; De Oliveira, 2022).

Devido às observações citadas acima presentes no livro “Histórias de morte matada contadas feito morte morrida: a narrativa de feminicídios na imprensa brasileira”, as imagens escolhidas para compor a matéria sobre o caso da Chacina de Itajá também fizeram parte da análise.

ANÁLISE

O caso analisado é conhecido como “Chacina de Itajá”, que ocorreu em junho de 2015, após promulgação da Lei do Feminicídio no Brasil.

Será analisado o texto jornalístico, a partir de quatro categorias: (1) título, (2) linha fina, (3) corpo do texto e (4) imagens usadas para compor a notícia. Essa é uma forma de observar o discurso presente desde o título até o corpo do texto e como o texto é construído para realizar a primeira notícia acerca do caso.

Na Categoria 1, a análise será iniciada pelo título da matéria: “[Cinco mulheres são mortas a tiros em prostíbulo no RN](#)”⁴. A voz passiva em seu título, indicando que cinco mulheres foram mortas a tiros, coloca as vítimas como sujeitos da ação, com o seu complemento “em prostíbulo no RN”.

Ao utilizar a palavra “prostíbulo” no título do texto jornalístico, foram reforçados estereótipos de gênero produzidos pelo machismo voltado à mulher – a mulher deve seguir padrões como ser dona de casa, comportada e contida sexualmente.

⁴ Disponível em:

<https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2015/07/cinco-mulheres-sao-mortas-tiros-em-prostibulo-no-rn.html>. Acesso em: 14 jun. 2024.

Na Categoria 2, a linha fina é “Chacina aconteceu na madrugada desta quarta-feira (15) em Itajá. PM realiza buscas por suspeitos”. O assassinato de cinco mulheres foi noticiado como uma chacina – a morte de diversas pessoas ao mesmo tempo, mas sem muitas outras informações, apenas que o fato aconteceu durante a madrugada.

O local do crime é citado, a chacina ocorreu em Itajá, uma cidade do interior do estado, a cerca de 200 km de Natal. A polícia foi ouvida como fonte na construção da notícia, isso já é possível observar na linha fina com “PM realiza buscas por suspeitos”. Até o momento da publicação e atualização da matéria, não foi citada nenhuma linha de investigação para solucionar o caso, as mulheres assassinadas não foram identificadas e não houve apontamento para feminicídio.

Na Categoria 3, o corpo do texto da notícia, serão analisados a estrutura do texto e especificamente o *lead*. A estrutura do texto é composta pelo título, linha-fina, quatro parágrafos e duas imagens.

O *lead* deste caso é iniciado com “**Cinco mulheres foram assassinadas a tiros na madrugada desta quarta-feira (15) no município de Itajá, localizado a 200 quilômetros de Natal**”. Desde a pré-análise, havia sido visto que as mulheres não tinham sido identificadas nesse texto. O primeiro parágrafo continua com a segunda oração: “**De acordo com a Polícia Militar, as cinco vítimas estavam dentro de um prostíbulo quando quatro homens invadiram o local e efetuaram os disparos**”. Assim, como observado no título do texto, a presença da palavra prostíbulo corrobora novamente com um discurso machista voltado ao julgamento do comportamento das vítimas e valida suas mortes.

Neste caso, a única fonte é um PM. O policial descreve como foi o crime e os locais onde as vítimas foram encontradas: “**Quatro homens chegaram em um carro preto do modelo Celta e invadiram o prostíbulo. As vítimas foram executadas nos cômodos da residência**”. No mesmo parágrafo, é utilizada a palavra prostíbulo outra vez: “**Não havia clientes no prostíbulo no momento do crime**”.

No próximo parágrafo, o terceiro, há a repetição da palavra “prostíbulo”, para indicar que as mulheres trabalhavam no local. Até este parágrafo, foram contabilizadas cinco aparições da palavra. Segundo a notícia, as testemunhas ouvidas só escutaram o barulho de um carro chegando ao local. O texto é finalizado com a informação de que as

buscas pelos suspeitos estavam sendo realizadas e que a Polícia Civil investigaria o caso. O uso da palavra “prostíbulo” repetidamente, como visto anteriormente, reforça um julgamento negativo em relação ao comportamento das vítimas. No total, contando com a legenda de uma das imagens presentes no texto, a palavra aparece seis vezes.

Por fim, na Categoria 4, é feita a análise das imagens escolhidas para acompanhar as notícias. As imagens são da equipe da Polícia Militar em frente ao local do crime, indicando um viés policial na cobertura jornalística inicial da chacina. Um detalhe a ser observado é que na legenda de uma das fotos tem: “Prostíbulo é localizado no município de Itajá”.



Primeira imagem da notícia - Fonte: Francisco Coelho/Focoelho.com



Segunda imagem da notícia - Fonte: Francisco Coelho/Focoelho.com

A FD machista está presente em toda a estrutura do texto: as vítimas foram culpabilizadas e revitimizadas no título da matéria, além de ter sido criado um juízo de valor pela profissão das vítimas. As mortes não são contextualizadas.

RESULTADOS

Na primeira matéria do caso “Chacina de Itajá” publicada no portal G1 RN, há uma construção discursiva com viés machista e de culpabilização ao validar o assassinato de cinco mulheres a partir do reforço de estereótipos de gênero. Além disso, observações como a falta de contextualização, não haver a presença do termo “feminicídio” e a fonte única, a polícia, foram realizadas no trabalho.

Além disso, a repetição da palavra “prostíbulo” no decorrer do texto associa as vítimas a um estereótipo de gênero negativo. A partir desse discurso há uma justificativa dos assassinatos de alguma forma, como se tais mulheres fossem “menos gente”.

Reforçando os resultados da análise, a doutora em Sociologia pela Universidade de Brasília, Ana Liési Thurler, em seu artigo “Feminicídios na mídia e desumanização das mulheres”, menciona que matérias envolvendo tal temática “são predominantemente descontínuas e pontuais, provocando o sentimento de que os feminicídios são fatos isolados” (Thurler, 2017, s.p).

Thurler (2017) enxerga na desumanização das vítimas nas coberturas um processo de desvalorização, onde há a omissão da sua identidade, o apagamento da sua história e elas são tratadas como vidas não importantes. Segundo a autora, tais fatos são provocados e perpetuados por aspectos sociais e pela própria imprensa.

Para a jornalista e pesquisadora da área da Comunicação Isadora Morena, é possível refletir que “não é estratégico para os grupos detentores do poder simbólico (e também político e econômico) a compreensão por parte do povo dos direitos humanos como ferramenta de resistência e transformação social” (Lima, 2007, p. 91). A mídia hegemônica pode, sim, mudar seu discurso e ser uma “ferramenta para a reivindicação de outro mundo possível” (Lima, 2007, p. 91), onde o discurso seja mais humanizado, respeitoso e aprofundado.

Vale lembrar também que o G1 RN é um veículo de comunicação dito como

hegemônico, uma representação do Grupo Globo, que detém do poder da narrativa e contribui para a construção de determinados discursos em suas coberturas jornalísticas e, por consequência, a perpetuação deles.

Devido a isso, torna-se fundamental realizar uma análise a partir de outros casos mais recentes, com o intuito de observar os discursos construídos por veículos de comunicação independentes e feministas e os mais tradicionais em relação aos mesmos casos e se há alguma diferença em suas abordagens.

Nesse sentido, é possível refletir sobre a responsabilidade do discurso jornalístico em coberturas de feminicídio, sem reforçar estereótipos de gênero e culpabilizar as vítimas, em notícias sobre seus próprios assassinatos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 13.104, de 9 de março de 2015. **Acréscena o art. 121-A no Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 mar. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm. Acesso em: 29 out. 2023.

BRASIL. Rio Grande do Norte. **Lei Estadual no 10.592, de 03 de setembro de 2019. Institui, no Calendário Oficial do Rio Grande do Norte, o "Dia Estadual de Combate ao Feminicídio", a ser celebrado, anualmente, em 15 de julho.** Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 03 de set. de 2019. Disponível em: <http://www.al.rn.gov.br/storage/legislacao/2021/rgm77eevl3cn0w9cnj8vpn84eekgqq.pdf>. Acesso em: 31 out. 2023.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia** - Volume 13. Coleção Primeiros Passos. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 2001. ISBN-10: 8511010130. ISBN-13: 978-8511010138.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: Aula inaugural no Collège de France, 2 de dez. de 1970**. 24a edição. São Paulo: Edições Loyola, 1996. 80 p. ISBN-10: 8515013592. ISBN-13: 978-8515013593.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê Femicídio**. Disponível em:
<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/femicidio/capitulos/qual-o-papel-da-imprensa/>. Acesso em: 20 out. 2023.

BENETTI, Márcia. **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1 de jan. de 2010. 288 p. ISBN 8532635032.

LIMA, Isadora Morena Cândido. **Subalternidade e Direito à Identidade: O Discurso Jornalístico sobre o Caso Cláudia Silva Ferreira**. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Comunicação Social, Natal, RN, novembro de 2017. Orientadora: Dra. Raimunda Aline Lucena Gomes.

RODRIGUES, Vanessa; DE OLIVEIRA, Niara. **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida: A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira**. São Paulo: Drops Editora, 23 de set. de 2022. ASIN: B0BGCCS13S.

THURLER, Ana Liési. **Femicídios na mídia e desumanização das mulheres**. EMINICÍDIOS. Revista Observatório, v. 3, n. 6, p. 465–496, 2017.